

**Protocolo TRT nº 409/2024**

**Interessado:** COORDENADORIA DE SAÚDE

**Assunto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO COMUM - Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021 – **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO**

## **DESPACHO**

Cuida-se de expediente originário da Coordenadoria de Saúde, objetivando a aquisição de material de consumo (itens 1 a 66 do DOD doc. 1) para a Coordenadoria de Saúde, com o objetivo de atender as necessidades da Seção de Assistência Médica e Saúde Ocupacional, conforme previsão legal estabelecida no art. 6º, XXIII e art. 72, I, da Lei nº 14.133/2021 pelas razões e conforme especificações constantes no Documento de Oficialização da Demanda – DOD e no Termo de Referência, constantes, respectivamente, nos docs. 01 e 47 (versão final) destes autos.

Quanto ao Alinhamento Estratégico, extrai-se do referido DOD que: “A demanda está em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026 (RA nº 036/2021; Processo: 0000184-36.2021.5.13.0000), conforme Objetivo Estratégico 8: Incrementar Modelo de Gestão de Pessoas em Âmbito Nacional.”

Registra-se que a demanda consta no Plano Anual de Aquisição e Contratação da Instituição (PAAC 2024), PROAD Nº 4247/2023, conforme ID nº1153.

Realizada a pesquisa de preços (docs. 6 a 27) em conformidade com a IN 65/2021, de 07/07/2021, do Ministério da Economia, objetivando estabelecer parâmetro para a referida aquisição, estimando o seu valor em **R\$ 14.276,99 (catorze mil, duzentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos)**. (doc. 7 a 26)

Consultada, a Coordenadoria de Licitações e Contratos aponta: "Nos termos do disposto no art. 4º, §§1º e 2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, e de acordo com consulta efetuada nos sistemas SICAF e no Siga Brasil, informo neste exercício não teve despesa executada referente aos itens relacionados no DOD constante no sequencial 01"; bem como que "não houve consulta relativa ao item 31 por não haver cotação de valores para o produto, conforme planilha lançada no sequencial 27." (doc. 31)

A Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF, informa que existe disponibilidade orçamentária para atender a demanda no presente exercício, conforme Nota de Dotação - 2024ND000280 (docs. 32 e 33).

Juntado aos autos, em sua versão final, o Termo de Referência (doc. 47), indicando que a contratação se dê por meio de **Dispensa de Licitação Eletrônica**, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 67/2021, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria, considerando tratar-se de contratação que envolve valor inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), consoante DECRETO Nº 11.871/2023.

Consta nos autos Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (doc. 40), Certidão de Dispensa de ETP (doc. 41).

A Secretaria Administrativa – SAdm, posiciona-se favoravelmente ao pedido, sugerindo a realização da despesa mediante **Dispensa de Licitação Eletrônica**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 67/2021. (doc. 44)

A Diretora-Geral de Secretaria aprova a versão final do Termo de Referência constante no doc. 47, contemplando as manifestando-se favoravelmente à formalização da demanda na forma proposta (doc. 50).

A Coordenadoria de Licitações e Contratos questiona a Coordenadoria de Material e Patrimônio acerca de aparente inconsistência no valor estimado da contratação (doc. 53), obtendo, como resposta, que "o Mapa Comparativo de Preços (doc. 27) está calculado corretamente, com o valor da média de mercado estimada no importe de R\$ 14.276,99, e que o revisamos por diversas vezes"; que "não foram identificados preços nas pesquisas de preços levadas a efeito por esta Unidade referente ao Item 31, conforme fundamentado no despacho de seq. n.º 29"; e que "Considerando que no Documento de Oficialização de Demanda tinham 66 (sessenta e seis) itens e que no Termo de Referência foi excluído o item 31 supracitado que não tinha preço, não houve interferência no valor total, permanecendo o importe de R\$ 14.276,99."(doc. 54)

Juntada aos autos a minuta de Aviso de Dispensa Eletrônica. (doc. 58)

A Assessoria Jurídica da Presidência - AJP, ratifica a regularidade do procedimento, recomendando a divulgação do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato em sítio eletrônico oficial, conforme preconiza o parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021. (doc. 60)

Diante do exposto, em consonância com tais pronunciamentos, e uma vez atendidos os requisitos da oportunidade e interesse, **DECLARO:**

**1)** a compatibilidade da contratação pretendida com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; e,

**2)** amparada no parecer jurídico (doc. 60), a dispensa de Licitação Eletrônica, para a contratação sob análise, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 67/2021.

À Coordenadoria de Licitações e Contratos para divulgação na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133 c/c o § 3º do art. 75 do mesmo diploma legal e art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, bem como para as demais providências a seu encargo.

→ *datado e assinado eletronicamente* ←

**SAMARA GAUDÊNCIO ASFÓRA LACERDA**

*Secretária de Conformidade da Despesa*

*Ordenadora de Despesas por delegação*

*ATO CONJUNTO TRT3/CGP/EJUD Nº 002/2023*